A CPI da ENERGISA da Assembleia Legislativa do Estado do Acre – ALEAC, identificou um conjunto de falhas nos serviços prestados pela empresa, a saber :

- Cobrança abusiva do valor correspondente às taxas de transmissão (TUST) e de distribuição (TUSD), bem como a contribuição para iluminação pública (COSIP), o PIS/PASEP e a COFINS na base de cálculo de incidência do ICMS;
- Problemas no atendimento ao consumidor, tanto no âmbito presencial, como por telefonia e internet;
- Troca de equipamentos de aferição de consumo sem prévio comunicado ao consumidor;

A nossa Carta Magna ao tratar dos atos administrativos, em especial aos contratos, delegou ao Congresso Nacional o poder de sustar seus efeitos, retirando-lhe a sua eficácia, quando estes forem danosos ao interesse público. O poder constituinte concedeu essa competência aos representantes do Legislativo, que possuem a legitimidade para exercer essa função de fiscal dos atos do Poder Executivo.

Assim, diante da urgente necessidade de solucionar o problema de aumentos abusivos das tarifas de energia elétrica e na prestação do serviço de fornecimento, é preciso que esse Contrato de Concessão, vigente até o momento, tenha seus efeitos sustados.

À vista do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação do que ora se propõe.

PERPÉTUA ALMEIDA

Deputada Federal PCdoB – AC